

MAIS EMPREGOS, MENOS RENDA

Ocupação está cada vez mais próxima ao nível pré-pandemia, mas como boa parte dos empregos gerados são de baixo rendimento e com o impacto da inflação, a renda real está ainda em queda.

O retorno das pessoas ao mercado de trabalho teve continuidade em 2021, com reflexo no aumento da ocupação e predominância da geração de empregos no mercado informal. No Brasil, o número de ocupados já chegou aos 93 milhões e o de desempregados atingiu recorde no primeiro trimestre (15,3 milhões), mas caiu continuamente até chegar a 13,4 milhões nos três meses até setembro, patamar inferior ao do mesmo período de 2020. Considerando o intervalo de um ano, a combinação de aumento da ocupação (+9,5 milhões de empregados) e diminuição no número de desempregados (-1,1 milhão), fez a taxa de desemprego sair de 14,9% para 12,6%. Quanto aos empregos com carteira assinada, os excelentes resultados foram impactados pelo Benefício Emergencial e pela mudança de metodologia do CAGED. Contudo, mesmo com a melhora no emprego, a renda real apresentou forte queda por conta do aumento da informalidade e da inflação.

O Brasil deve fechar 2021 com nível de desemprego médio anual de 13,4%, dada nossa expectativa de recuo da taxa na passagem do terceiro (12,6%) para o quarto trimestre (11,9%). Em 2022, por um lado, apesar do baixo crescimento esperado para a economia, a expectativa é de melhora na ocupação, mas com boa parte das vagas sendo geradas na informalidade. Por outro lado, o fim dos programas do governo (Auxílio Emergencial e Benefício Emergencial) podem provocar aumento no número de pessoas à procura de emprego. Como resultado, a taxa de desemprego deve encerrar o ano em 11,8%, com média anual de 12,3%, patamares ainda elevados, mas abaixo dos verificados em 2021. A geração de empregos formais, que apresenta saldo positivo de 2,9 milhões no acumulado em 12 meses até outubro, deve terminar 2021 com 2,6 milhões de postos abertos. Em 2022, esperamos a criação de 614 mil empregos.

No Rio Grande do Sul, o aumento da ocupação também foi acompanhado por uma queda no número de desempregados, mostrando que os empregos estão sendo gerados em quantidade mais do que suficiente para acomodar a volta das pessoas à força de trabalho. O resultado aparece na taxa de desemprego, que saiu de 10,5% no terceiro trimestre de 2020 para 8,4% no mesmo período de 2021. Quanto à renda real, por ter uma economia mais formalizada, as perdas foram menores que as verificadas no Brasil.

Para o desemprego do Rio Grande do Sul no final de 2021, considerando a média em quatro trimestres, projetamos uma redução dos atuais 8,9% para 8,7%, com a taxa saindo de 8,4% no terceiro trimestre para 7,9% no quarto. Em 2022, nossa expectativa é de leve baixa, com a taxa de desemprego média anual de 8,1% e, no último trimestre, de 7,6%. Quanto aos empregos formais, a perspectiva é de criação de 154 mil vagas em 2021, um pequeno recuo frente ao acumulado em 12 meses até outubro (+163 mil). Em 2022, esperamos a criação de 29 mil empregos no Estado, sendo 9 mil na Indústria.

Emprego em direção aos níveis pré-pandemia

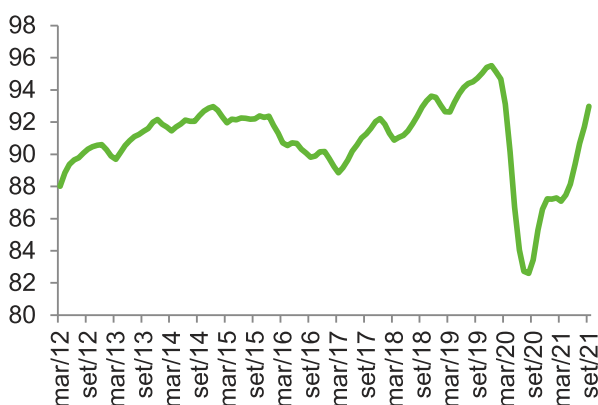
O ano de 2021 foi marcado pela continuidade do retorno das pessoas ao mercado de trabalho no Brasil, movimento iniciado em meados de 2020 após o forte impacto dos primeiros meses de pandemia na economia. Uma das maneiras de verificar esse fenômeno é pela evolução

da taxa de participação, medida pela proporção de pessoas na força de trabalho (empregados e à procura de emprego) em relação à população em idade ativa (14 anos ou mais). Após atingir 56,7% no trimestre encerrado em julho de 2020, o menor valor da série da PNAD Contínua⁴, a taxa de participação iniciou 2021 em 59,7% e subiu para 61,9% no trimestre até setembro.

Mesmo com a elevação, o percentual da população no mercado de trabalho segue abaixo do pré-pandemia: na média em 12 meses até fevereiro de 2020, a taxa foi de 63,6%. Vale destacar que, desde o início da pesquisa em 2012 até a pandemia, a taxa nunca havia ficado abaixo dos 62%. Portanto, o movimento de volta ainda não está completo. O recrudescimento da pandemia e consequente aperto nas restrições em boa parte do ano, repercutindo principalmente no setor de Serviços – o maior empregador do país –, bem como o pagamento de novas parcelas do Auxílio Emergencial, são fatores que ajudam a explicar essa situação.

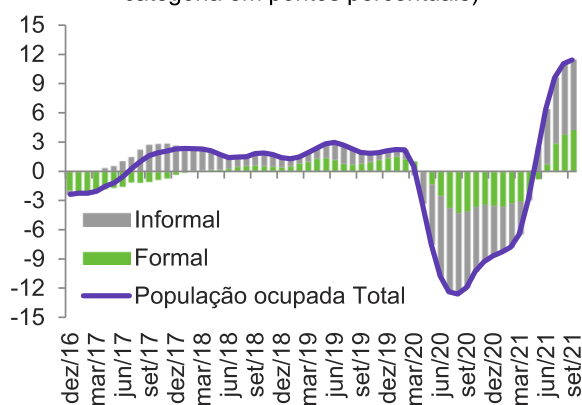
No mesmo sentido, a população ocupada continuou seu curso de recuperação, conforme mostra o Gráfico 4.1. No trimestre até setembro de 2021, o Brasil contava com 93,0 milhões de ocupados, um contingente bastante superior aos patamares observados em 2020, mas ainda abaixo do nível de fevereiro do ano passado, anterior à pandemia (-1,7 milhão, -1,8%). Ao longo da crise, a perda de empregos foi mais severa no mercado informal, mas também é essa categoria que apresenta recuperação mais rápida. Olhando apenas para o último ano, entre os meses de setembro de 2020 e de 2021, o aumento de 9,5 milhões da população ocupada (+11,4%) contou com um incremento de 3,5 milhões de trabalhadores formais (+7,1%) e de 6 milhões de trabalhadores informais (+17,7%). O Gráfico 4.2 ajuda a ilustrar essa situação através da contribuição de cada categoria para a variação interanual da população ocupada.

Gráfico 4.1. População ocupada – BR
(Em milhões de pessoas)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: No eixo horizontal está indicado o mês final do trimestre.

Gráfico 4.2. Variação da população ocupada por categoria formal x informal – BR
(Variação % interanual da PO e contribuição de cada categoria em pontos percentuais)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: No eixo horizontal está indicado o mês final do trimestre.

A recuperação do emprego com predominância do mercado informal é típica de acontecer em crises, ainda mais considerando o elevado custo de contratação e demissão no Brasil. Além disso, é preciso levar em conta os impactos do Programa de Manutenção de Empregos do Governo Federal com o pagamento do Benefício Emergencial (BEm), que ajudou a segurar o mercado formal no setor privado, bem como que a crise foi mais severa para o setor de Serviços, com maior incidência de trabalhadores informais. Como será exposto mais adiante, o crescimento do mercado informal repercute na renda das famílias. Com as dificuldades impostas pela crise, as

⁴ Os dados da PNAD Contínua desse capítulo já consideram a revisão divulgada pelo IBGE no dia 30/11/2021.

As pessoas estão buscando alternativas para subsistência, mesmo em trabalhos que pagam menos. Duas estatísticas ajudam a ilustrar esse ponto: 1) O aumento expressivo de trabalhadores por conta-própria entre setembro de 2020 e de 2021, seja com CNPJ (+22,2%) ou sem CNPJ (+17,3%); 2) A elevação do número de pessoas que trabalham menos tempo do que gostariam, os subocupados por insuficiência de horas, que subiu 23,9% no mesmo intervalo.

Em relação aos desempregados, o dado negativo de 2021 é que o Brasil atingiu o número recorde de 15,3 milhões de pessoas a procura de emprego no primeiro trimestre. Além do impacto da pandemia, é uma característica sazonal do desemprego subir nessa época do ano. Porém, no trimestre até setembro, último dado disponível, esse contingente caiu para 13,5 milhões. Ainda muito elevado, mas 7,8% abaixo do mesmo período de 2020 (-1,1 milhão).

A combinação de aumento da ocupação e queda no número de desempregados, considerando o intervalo de um ano, mostram que a volta das pessoas está sendo bem absorvida pelo mercado de trabalho. O reflexo disso é a queda na taxa de desemprego. Após o pico de 14,91% atingido no primeiro trimestre, a taxa recuou continuamente até chegar a 12,6% nos três meses até setembro, percentual muito menor que os 14,89% de setembro de 2020.

Gráfico 4.3. Taxa de desemprego – BR

(Em % da força de trabalho | Taxa trimestral)

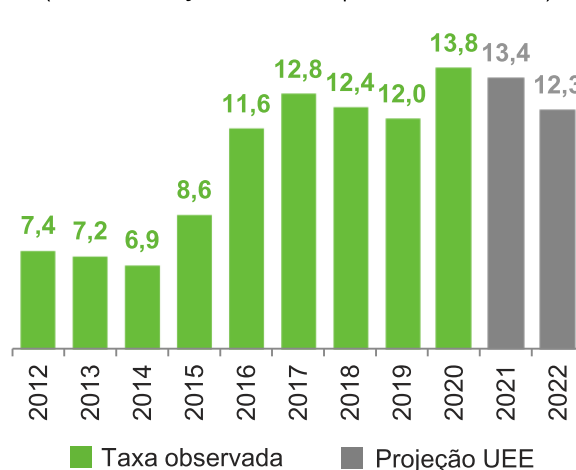


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: 1) Os pontos verdes em destaque referem-se ao 4º trimestre de cada ano, os cinzas são as projeções para o 4º trimestre de 2021 e 2022, e o ponto preto é a taxa no 3º trimestre de 2021 (último valor observado). 2) No eixo horizontal está indicado o mês final do trimestre.

Gráfico 4.4. Taxa média de desemprego – BR

(Em % da força de trabalho | Taxa média anual)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: A média em quatro trimestres até o 3º trimestre de 2021 foi de 14,0%.

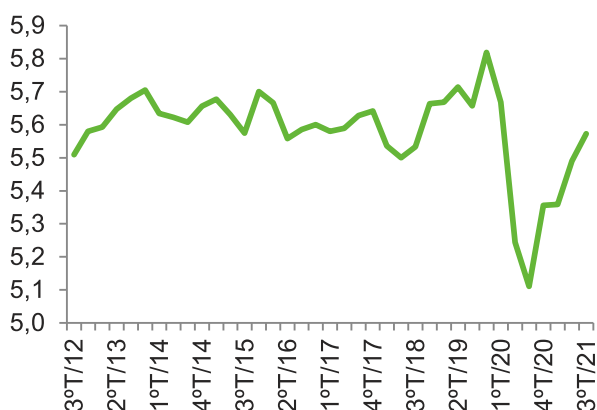
Para o final do ano, esperamos que a trajetória de redução continue, com a taxa chegando a 11,9%, segundo nossas projeções contidas no Gráfico 4.3. Principalmente pelos bons resultados no segundo semestre, a média anual de 2021 (13,4%) deve ficar abaixo da observada em 2020 (13,8%), conforme consta no Gráfico 4.4.

Em 2022, apesar do baixo crescimento esperado para a economia, a expectativa é de melhora na ocupação, com continuidade na geração de empregos. Porém, boa parte das vagas deve se concentrar em ocupações de baixa qualidade e com menores rendimentos. Por outro lado, o fim dos programas abrangentes do governo que afetam diretamente o mercado de trabalho (Auxílio Emergencial e Benefício Emergencial) podem provocar aumento no número de pessoas à procura de emprego. Como resultado, a taxa de desemprego deve encerrar o ano em 11,8%, com média anual de 12,3%, patamares ainda elevados, mas abaixo dos verificados em 2021.

Assim como no Brasil, no Rio Grande do Sul também se observa o retorno gradual das pessoas ao mercado de trabalho, com aumento na ocupação e redução no número de

desempregados. O número de ocupados no terceiro trimestre de 2021 foi de 5,6 milhões, uma alta de 9,1% em relação ao mesmo período de 2020 (+464 mil). A recuperação dos empregos foi relativamente mais intensa no mercado informal (+13,3%, +219 mil), mas também contou com boa participação formal (+7,1%, +245 mil), com maior crescimento absoluto. Já o número de desempregados foi reduzido em 89 mil pessoas (-14,8%) no mesmo intervalo, chegando a 512 mil no terceiro trimestre de 2021. Em outras palavras, os empregos estão sendo gerados em quantidade mais do que suficiente para acomodar a volta das pessoas à força de trabalho.

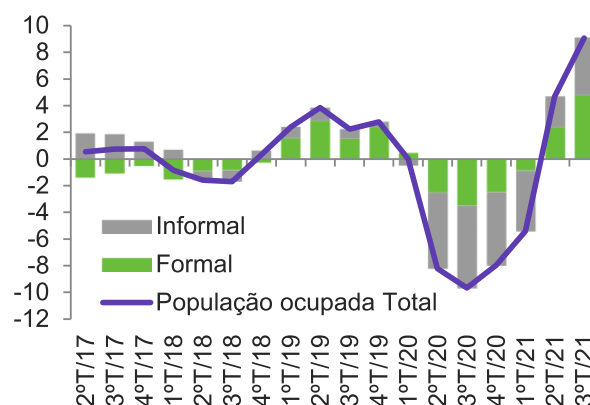
Gráfico 4.5. População ocupada – RS
(Em milhões de pessoas)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

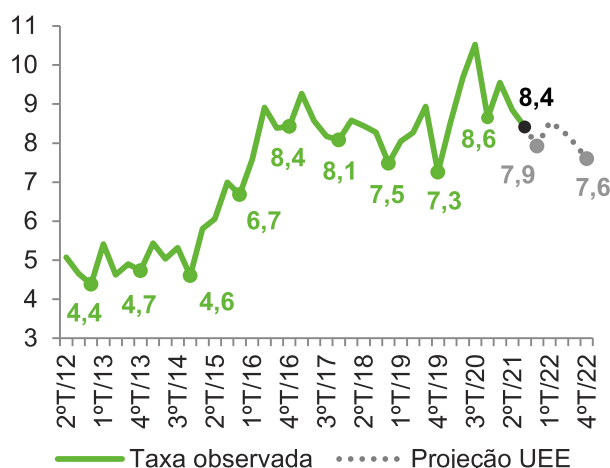
Gráfico 4.6. Variação da população ocupada por categoria formal x informal – RS

(Variação % interanual da PO e contribuição de cada setor em pontos percentuais)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

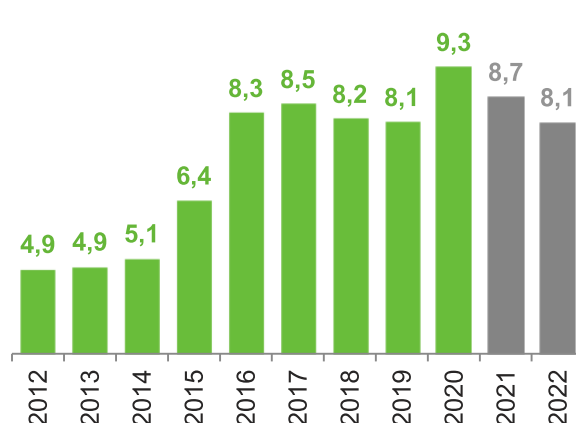
Gráfico 4.7. Taxa de desemprego – RS
(Em % da força de trabalho | Taxa trimestral)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: Os pontos verdes em destaque referem-se ao 4º trimestre de cada ano, os cinzas são as projeções para o 4º trimestre de 2021 e 2022, e o ponto preto é a taxa no 3º trimestre de 2021.

Gráfico 4.8. Taxa média de desemprego – RS
(Em % da força de trabalho | Taxa média anual)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

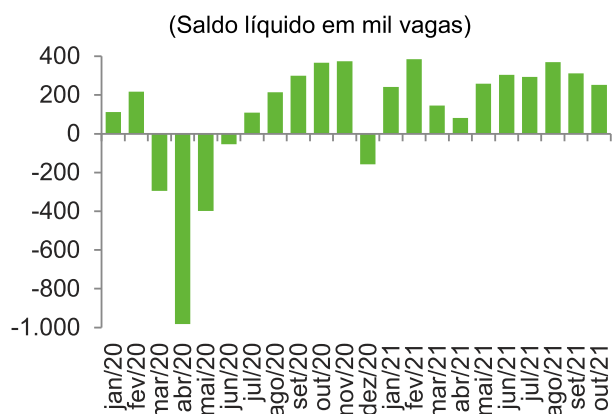
OBS: A média em quatro trimestres até o 3º trimestre de 2021 foi de 8,9%.

Como consequência, a taxa de desemprego do RS apresentou queda quando comparados os terceiros trimestres de 2020 (10,5%) e de 2021 (8,4%). Para o final do ano, projetamos um novo recuo para 7,9%, com a média anual fechando em 8,7%. Em 2022, nossa expectativa é de uma leve redução na taxa média anual para 8,1%, com 7,6% no último trimestre.

Mercado formal com números excelentes, mas ainda impactados por medidas do governo

Os bons resultados na geração de empregos com carteira assinada observados no segundo semestre de 2020 continuaram a aparecer em 2021, conforme mostra o Gráfico 4.9. Segundo os dados do Novo CAGED⁵, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Previdência, de janeiro a outubro do ano corrente, o Brasil gerou 2,6 milhões de vagas, uma média mensal de 265 mil postos de trabalho.

Gráfico 4.9. Geração mensal de empregos formais – BR



Fonte: MTP/Novo CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: Dados ajustados com as declarações fora do prazo.

Tabela 4.1. Geração de empregos formais por setores – BR

(Saldo líquido em mil vagas)

	2020	Acum. 12 meses até out/21	2021*	2022*
Agropecuária	37	126	114	26
Indústria	149	799	661	158
Transformação	48	514	417	110
Construção	98	248	205	37
Extrativa e SIUP**	4	37	38	11
Serviços	-378	1.938	1.864	430
Total da economia	-192	2.863	2.639	614

Fonte: MTP/Novo CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.
* Previsão FIERGS/UEE. ** Serviços Ind. de Utilidade Pública.
OBS: Dados ajustados com as declarações fora do prazo.

Olhando para o acumulado em 12 meses até outubro, para se ter uma ideia anualizada da geração de empregos, o saldo é ainda mais positivo: 2,8 milhões de vagas criadas, com os três grandes setores da economia com resultado bastante positivo, conforme a Tabela 4.1. Desse total, o setor de Serviços (+1,9 milhão), o mais afetado pelas restrições sanitárias e único a perder empregos em 2020, foi o grande destaque, influenciado pelo arrefecimento da pandemia a partir de maio. Cabe lembrar, também, que o setor é o maior empregador do País. Na Indústria de transformação (+514 mil), subsetor que concentra a maioria dos empregos industriais, o saldo foi positivo em todos os segmentos. Os destaques positivos vieram de Vestuário e acessórios (+61,7 mil), Alimentos (+47,0 mil) e Produtos de metal (+45,7 mil). Por fim, a Agropecuária, menos prejudicada pelas restrições impostas pela pandemia, gerou 126 mil empregos.

Para o restante de 2021, esperamos que os bons resultados continuem, mas em volume menor que os verificados nos respectivos meses de 2020. Em função disso, nossa previsão é de um recuo marginal em relação ao acumulado em 12 meses até outubro, com a geração de empregos fechando o ano em 2,6 milhões de postos.

Além da economia aquecida por conta da demanda reprimida dos momentos mais agudos da pandemia e da continuidade de estímulos fiscais – ainda que em menor magnitude frente a 2020 –, dois fatores ajudam a entender elevada geração de empregos em 2021.

Em primeiro lugar, é preciso levar em consideração os impactos do Benefício Emergencial (BEm), programa que permitiu que empresas e empregados firmassem acordos para suspensão temporária do contrato de trabalho e/ou redução da jornada com ajuste proporcional no salário. A nova rodada de 2021 valeu entre o final de abril e agosto, permitindo acordos com duração máxima de 4 meses. O trabalhador afetado dispôs de estabilidade provisória pelo tempo

⁵ Os dados do Novo CAGED já consideram a revisão divulgada pelo Ministério do Trabalho e Previdência no dia 30/11/2021.

equivalente da redução e/ou suspensão. Considerando as edições do BEm de 2020 e de 2021, 10,6 milhões de empregados foram beneficiados pelo programa. Portanto, o contingente de empregados que adquiriu estabilidade durante a vigência do programa em 2020 se somou aos beneficiados com a nova rodada de 2021, segurando o número de desligamentos. O período de estabilidade de muitos trabalhadores continua nos meses finais de 2021 e início de 2022. No caso extremo, considerando que o trabalhador tenha utilizado todo o período permitido em 2020 (8 meses) e em 2021 (4 meses), sua estabilidade se estende até abril de 2022.

Em segundo lugar, a mudança na forma de captação dos dados do CAGED a partir de janeiro de 2020 – envio através do eSocial pelas empresas, formando o Novo CAGED – parece ter causado um aumento de nível no saldo de geração de empregos. Isso ocorre por dois motivos: 1) Aumento de cobertura: na nova série as firmas são obrigadas a informar admissões e desligamentos de trabalhadores temporários, o que não existia nos dados antigos; 2) Maiores penalidades: o Novo CAGED capta dados de firmas que eram omissas na série antiga, pois as sanções impostas pelo eSocial, em casos de omissão de informação, são mais severas do que ocorria na série antiga. Cabe destacar que os reais impactos da mudança de metodologia ainda são difíceis de dimensionar. É necessário um maior período de observação e que o emprego não esteja afetado por medidas excepcionais, como o BEm. As sucessivas revisões nos dados também prejudicam a análise da verdadeira situação dos empregos com carteira assinada.

Para o próximo ano, os dois fatores supracitados devem agir em sentido contrário. Por um lado, a dúvida é saber como as empresas irão reagir sem a alternativa do BEm e com o fim do período de estabilidade dos empregados. Há possibilidade de aumento dos desligamentos. Por outro lado, caso realmente tenha ocorrido um aumento de nível na série, é um fator a puxar para cima a geração de empregos. Adicionalmente, espera-se um baixo crescimento da economia em 2022 e diminuição considerável das transferências de renda com o fim do Auxílio Emergencial e instituição do Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família. Ademais, o aperto das condições financeiras com inflação e juros elevados prejudica o poder de compra das famílias.

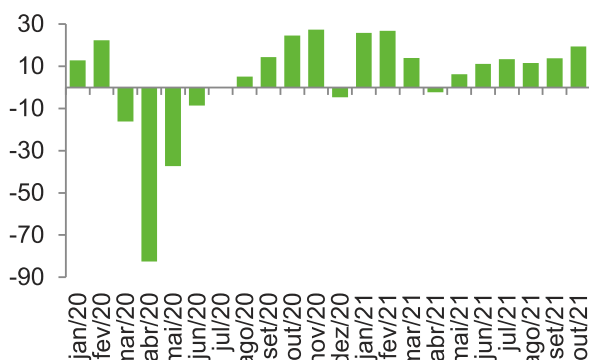
Levando tudo isso em conta, nossa expectativa é de geração de 614 mil vagas de emprego em 2022, número muito inferior ao verificado em 2021. O setor de Serviços deve liderar com criação de 430 mil vagas e a Indústria gerar 158 mil empregos.

No Rio Grande do Sul, em linhas gerais, os resultados foram semelhantes aos observados no Brasil, com a geração de empregos surpreendendo positivamente. De janeiro a outubro de 2021, a economia gaúcha acumulou criação de 139,9 mil empregos, uma média mensal de 14 mil vagas. Um detalhe interessante é que os reflexos do BEm aparecem de forma mais clara por aqui: meses que apresentam tipicamente fechamento de postos de trabalho tiveram saldo positivo em 2021. Isso ocorreu em maio, junho e julho. A perda de empregos nesse período é normal no RS em função das quedas sazonais em atividades específicas, sendo o caso mais emblemático no setor de Tabaco. É preciso considerar, contudo, uma possível consequência do represamento de admissões do mês de abril em decorrência da piora da pandemia.

No acumulado em 12 meses até outubro, a economia gaúcha gerou 162,6 mil postos de trabalho, com todos os setores no campo positivo. Entre os três grandes setores de atividade, a maior abertura de vagas ocorreu nos Serviços (+97,9 mil) e a menor na Agropecuária (+3,6 mil). Na Indústria (+61,2 mil), a Transformação (+55,3 mil) responde por quase todo o saldo, puxada principalmente pelos setores de Máquinas e equipamentos (+10,9 mil), Couro e calçados (+10,1 mil) e Produtos de metal (+6,8 mil).

Esperamos que os meses finais de 2021 também apresentem bons resultados, mas em menor intensidade que no ano passado. Com isso, o acumulado em 12 meses chegar a dezembro com saldo de 153,6 mil vagas geradas. Já para 2022, a expectativa é de uma geração de 29,2 mil postos de trabalho, sendo 19 mil nos Serviços e 9,2 mil na Indústria.

Gráfico 4.10. Geração mensal de empregos formais – RS
(Saldo líquido em mil vagas)



Fonte: MTP/Novo CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: Dados ajustados com as declarações fora do prazo.

Tabela 4.2. Geração de empregos formais por setores – RS
(Saldo líquido em mil vagas)

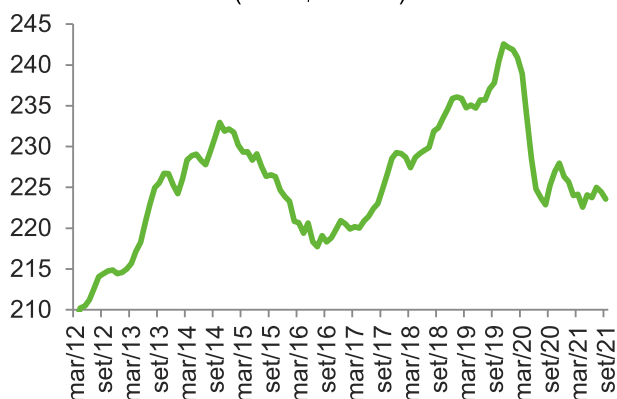
	2020	Acum. 12 meses até out/21	2021*	2022*
Agropecuária	0,5	3,6	3,6	0,9
Indústria	-0,1	61,2	49,9	9,2
Transformação	0,1	55,3	45,6	7,4
Construção	-0,2	5,4	3,8	1,4
Extrativa e SIUP**	0,0	0,5	0,5	0,4
Serviços	-43,0	97,9	100,1	19,0
Total da economia	-42,6	162,6	153,6	29,2

Fonte: MTP/Novo CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.
* Previsão FIERGS/UEE. ** Serviços Ind. de Utilidade Pública.
OBS: Dados ajustados com as declarações fora do prazo.

Informalidade e inflação impactando a renda real

Com o aumento da ocupação, a massa nominal de renda do trabalho segue em recuperação no Brasil. Contudo, quando se leva em conta a inflação, o resultado muda totalmente. Conforme o Gráfico 4.11, a massa real de renda, considerando o habitualmente recebido mensalmente por todos os trabalhos, segue em níveis muito baixos. Comparando o valor observado no trimestre até setembro de 2021 (R\$ 224 bilhões) com o pico da série no trimestre até novembro de 2019 (R\$ 243 bilhões), são R\$ 19 bilhões mensais a menos no bolso dos brasileiros. No acumulado de janeiro a setembro de 2021, a queda real na massa de renda habitual foi de 2,5% em relação ao mesmo período do ano passado, uma variação expressiva sobre uma base já deprimida de 2020, onde houve recuo de 2,7%, conforme o Gráfico 4.12.

Gráfico 4.11. Massa real de renda habitual de todos os trabalhos – BR
(Em R\$ bilhões)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Gráfico 4.12. Massa real de renda habitual de todos os trabalhos – BR
(Var. % anual | Acumulado janeiro a setembro)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Quanto ao rendimento médio real dos ocupados, se em 2020 houve um grande crescimento por conta da perda de empregos no mercado informal e inflação relativamente baixa, em 2021 ocorreu o oposto: a combinação de melhora na ocupação com predominância de empregos informais e aumento da inflação jogou a renda média real para baixo, conforme o

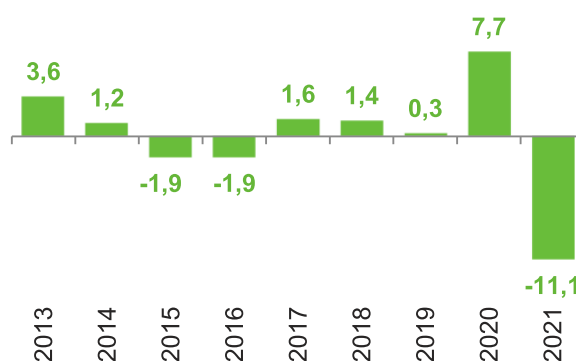
Gráfico 4.13. O impacto do crescimento do mercado informal, aonde os salários são menores, repercute inclusive na evolução da renda nominal, que apresentou queda de 2,5% entre os trimestres até setembro de 2020 e de 2021. Quando considerada a inflação, o valor da renda média real do trimestre até setembro de 2021 (R\$ 2.459) se mostra 11,1% inferior ao mesmo período de 2020 (R\$ 2.766) e, inclusive, abaixo dos valores da grande recessão anterior.

Gráfico 4.13. Renda média real mensal habitual de todos os trabalhos – BR
(Em R\$)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

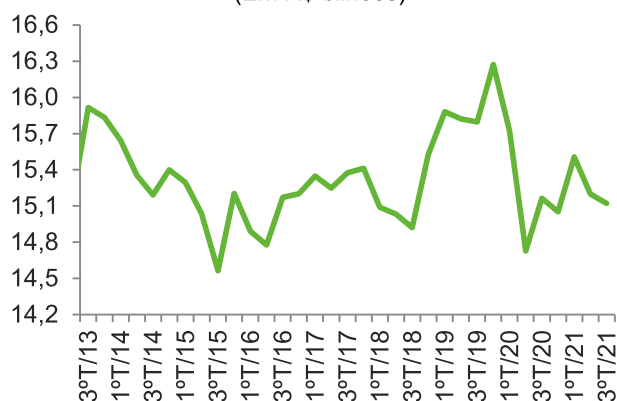
Gráfico 4.14. Renda média real mensal habitual de todos os trabalhos – BR
(Var. % entre os meses de setembro de cada ano)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

No Rio Grande do Sul, os resultados são um pouco diferentes do Brasil, com leve aumento na massa e queda menor na renda média real. A massa real de renda habitual de todos os trabalhos foi de R\$ 15,1 milhões no acumulado de 2021 até o terceiro trimestre, uma alta de 0,5% em relação ao mesmo período do ano passado (Gráficos 4.15 e 4.16). O resultado contrasta com o verificado no Brasil (-2,5%), mas cabe destacar que a queda na massa de renda da economia gaúcha em 2020 foi muito maior: -4,0%, contra -2,7% no Brasil. Portanto, a base de comparação era mais alta no RS.

Gráfico 4.15. Massa real de renda habitual de todos os trabalhos – RS
(Em R\$ bilhões)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

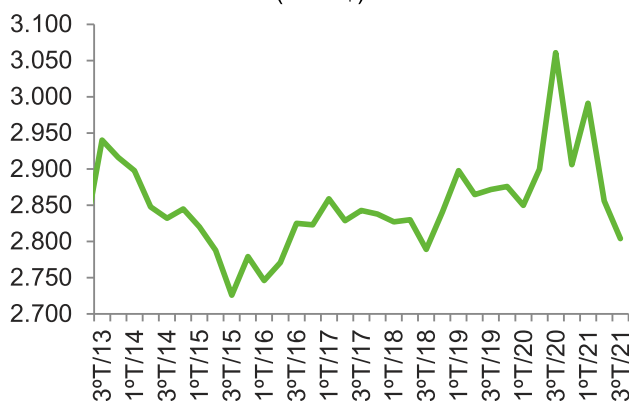
Gráfico 4.16. Massa real de renda habitual de todos os trabalhos – RS
(Var. % anual | Acumulado janeiro a setembro)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Já o rendimento médio real foi de R\$ 2.804 no terceiro trimestre de 2021, um recuo de 8,4% frente a igual intervalo de 2020 (Gráficos 4.17 e 4.18). Os piores desempenhos nas variáveis de renda do Brasil em 2021 também estão relacionados com a maior parcela do mercado informal no emprego total em relação ao RS.

Gráfico 4.17. Renda média real mensal habitual de todos os trabalhos – RS
(Em R\$)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Gráfico 4.18. Renda média real mensal habitual de todos os trabalhos – RS
(Var. % entre os meses de setembro de cada ano)



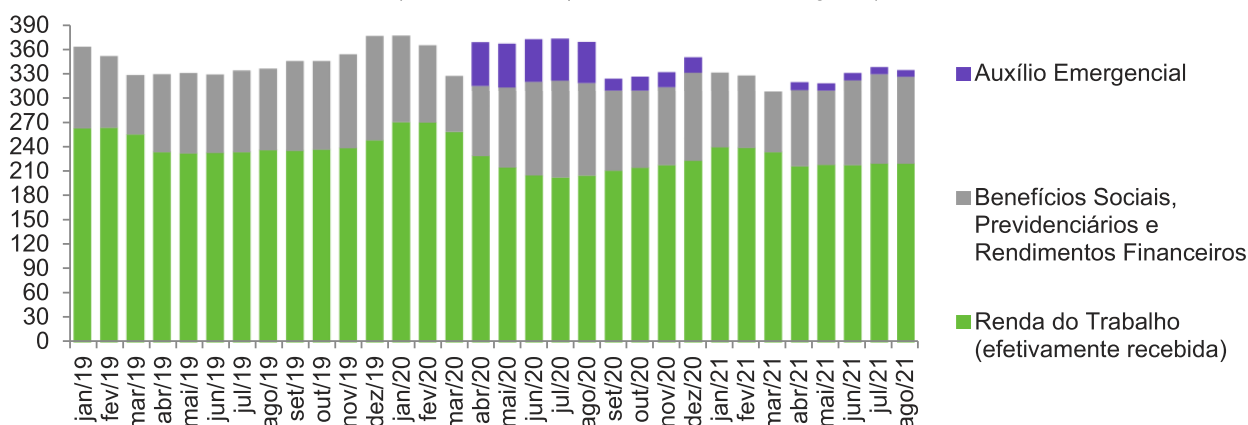
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Portanto, no agregado, tanto no Brasil quanto no RS, a melhora no emprego não tem repercutido em aumento da renda, quando considerada a inflação. Conforme sintetizado no título desde capítulo, o ano pode ser resumido em “Mais empregos, menos renda”.

Diante do agravamento da pandemia no início do ano, o governo federal decidiu estender as medidas trabalhistas, de modo a compensar a perda de renda do trabalho. No mercado formal, por meio do pagamento do Benefício Emergencial (BEm) e, no caso dos informais, foram liberadas novas parcelas do Auxílio Emergencial (AE). O BEm teve praticamente o mesmo desenho de 2020, mas o AE sofreu redução considerável tanto no número de beneficiários (de 68 milhões para 39 milhões) quanto no valor médio (de R\$ 600 para R\$ 250).

Gráfico 4.19. Massa de Renda Ampliada mensal – BR

(Em R\$ bilhões | Deflacionados IPCA ago/21)



Fonte: Ministério da Cidadania. IBGE/PNAD Contínua. BCB. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: A Massa de Renda Ampliada, calculada pelo Banco Central (BCB), só tem dados divulgados até agosto/21. Portanto, ainda não incorporam as novas séries de Renda do Trabalho da revisão da PNAD Contínua/IBGE.

Ao se adicionar os valores pagos de Auxílio Emergencial à Massa Salarial Ampliada – composta pela soma de Renda do trabalho + Benefícios Sociais + Benefícios Previdenciários + Rendimentos Financeiros – percebe-se a menor potência do programa em 2021, conforme ilustra o Gráfico 4.19. De fato, no ano passado, a perda de renda do trabalho foi de R\$ 186 bilhões frente a 2019, ao passo que o AE chegou a R\$ 323 bilhões, considerando valores corrigidos pela

inflação. Já em 2021, os dados disponíveis até agosto apontam redução de R\$ 50 bilhões na renda do trabalho em relação a 2020, com as transferências de AE chegando a R\$ 44 bilhões, montante insuficiente para repor as perdas.

Para 2022, o comportamento da inflação, o fim do Auxílio Emergencial e a indecisão quanto à cobertura e valores do Auxílio Brasil, além da própria incerteza em relação ao crescimento da economia – que deve ser baixo e fazer as pessoas continuarem se empregando em ocupações com baixo rendimento –, são fatores que trazem um cenário incerto e com viés negativo para a renda.

Tabela 4.3. Perspectivas – Brasil

Geração de postos formais de trabalho Em mil vínculos			
	2020	2021*	2022*
Agropecuária	37	114	26
Indústria	149	661	158
Transformação	48	417	110
Construção	98	205	37
Extrativa e SIUP**	4	38	11
Serviços	-378	1.864	430
Total da economia	-192	2.639	614
Taxa de desemprego Em %			
Fim do ano	14,2	11,9	11,8
Média do ano	13,8	13,4	12,3

Fonte: MTP/ Novo CAGED. IBGE/PNAD Contínua. * Previsão FIERGS/UEE. ** Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 4.4. Perspectivas – Rio Grande do Sul

Geração de postos formais de trabalho Em mil vínculos			
	2020	2021*	2022*
Agropecuária	0,5	3,6	0,9
Indústria	-0,1	49,9	9,2
Transformação	0,1	45,6	7,4
Construção	-0,2	3,8	1,4
Extrativa e SIUP**	0,0	0,5	0,4
Serviços	-43,0	100,1	19,0
Total da economia	-42,6	153,6	29,2
Taxa de desemprego Em %			
Fim do ano	8,6	7,9	7,6
Média do ano	9,3	8,7	8,1

Fonte: MTP/ Novo CAGED. IBGE/PNAD Contínua. * Previsão FIERGS/UEE. ** Serviços Industriais de Utilidade Pública.